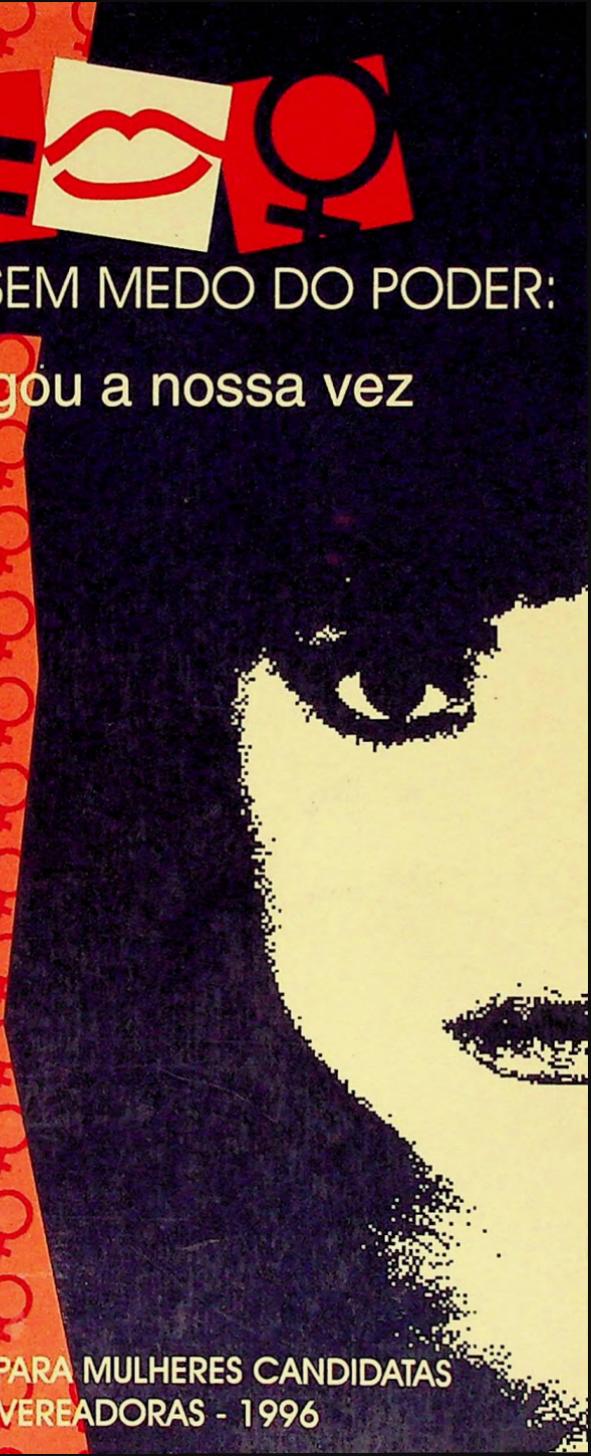




MULHERES SEM MEDO DO PODER:

Chegou a nossa vez



CARTILHA PARA MULHERES CANDIDATAS  
A VEREADORAS - 1996

## Deputadas Federais e Senadoras do Congresso Nacional

DEPUTADAS	PARTIDO	DEPUTADAS	PARTIDO
1. Alcione Athayde	BL/PPB/RJ	18. Maria Laura	PT/DF
2. Alzira Ewerton	BL/PPB/AM	19. Maria Valadão	BL/PFL/GO
3. Ana Julia	PT/PA	20. Marilu Guimarães	BL/PFL/MS
4. Ceci Cunha	PSDB/AL	21. Marisa Serrano	BL/PMDB/MS
5. Celia Mendes	BL/PFL/AC	22. Marta Suplicy	PT/SP
6. Cidinha Campos	PDT/RJ	23. Nair Xavier Lobo	BL/PMDB/GO
7. Dolores Nunes	BL/PPB/TO	24. Raquel Capibaribe	PSB/AP
8. Elcione Barbalho	BL/PMDB/PA	25. Rita Camata	BL/PMDB/ES
9. Esther Grossi	PT/RS	26. Sandra Starling	PT/MG
10. Fatima Pelaes	PSDB/AP	27. Simara Ellery	BL/PMDB/BA
11. Jandira Feghali	PC DO B/RJ	28. Socorro Gomes	PC DO B/PA
12. Laura Carneiro	BL/PFL/RJ	29. Telma de Souza	PT/SP
13. Lidia Quinan	BL/PMDB/GO	30. Tete Bezerra	BL/PMDB/MT
14. Marcia Cibilis Viana	PDT/RJ	31. Vanesa Felipe	PSDB/RJ
15. Marcia Marinho	PSDB/MA	32. Yeda Crusius	PSDB/RS
16. Maria da Conceição Tavares	PT/RJ	33. Zila Bezerra	BL/PFL/AC
17. Maria Elvira	BL/PMDB/MG	34. Zulaie Cobra	PSDB/SP

SENADORAS	PARTIDO
1. Benedita da Silva	PT/RJ
2. Emilia Fernandes	PTB/RS
3. Junia Marise	PDT/MG
4. Marina Silva	PT/AC
5. Marluce Pinto	PMDB/RR
6. Regina Assumpção	PTB/MG

CAMPANHA "MULHERES SEM MEDO DO PODER"

CARTILHA PARA MULHERES  
CANDIDATAS A VEREADORAS  
1996

**Elaboração:** IPEA-DIPES

Lena Lavinas (IPEA/UFRJ)

Hildete Pereira de Melo (IPEA/UFF)

**Colaborações:** Angela Jorge (IBGE)

Bila Sorj (UFRJ)

Leila Linhares (CEPIA)

Manoel A. Magina (IPEA)

Marcelo Nicoll Pires

Mônica Couto e Silva (IPEA)

Ricardo Varsano (IPEA)

Vera Resende (Governo do Estado do

Rio de Janeiro/UFF)

**Diagramação:** Wilma Silva Ferraz

**Revisão:** Ana Arruda Callado

Julho de 1996

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

1. Como Fazer uma Campanha Política 9

2. Conheça um Pouco da História da Luta das Mulheres  
por mais Direitos 15

3. Retratos das Desigualdades de Gênero no Brasil 23

4. Descentralização e Poder Local: novos desafios  
para os municípios 39



## Documentação APRESENTAÇÃO

Em julho de 1995, parlamentares brasileiras e latino-americanas se reuniram em São Paulo, para elaborar um documento a ser levado pelo Parlamento Latino Americano - Parlatino, para a IV Conferência Internacional da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Beijing, na China, em setembro do mesmo ano.

Nesse encontro, um dos temas prioritários foi o da baixa representação das mulheres nas instâncias decisórias, fato evidenciado nas Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal do Brasil, ainda aquém do espaço já ocupado pelas mulheres nos demais campos da sociedade brasileira.

Uma das principais decisões adotadas pelos 189 países reunidos em Beijing foi o compromisso de estabelecer mecanismos de **ação afirmativa** para incrementar a participação das mulheres nos processos decisórios como garantia de vigência da democracia plena.

A partir daí, através de iniciativa conjunta da Bancada Feminina no Congresso Nacional, foi aprovada emenda à legislação eleitoral que assegurou a obrigatoriedade da cota mínima de 20% de mulheres candidatas aos cargos legislativos, já para as eleições municipais de outubro de 1996.

Na seqüência da mobilização, lançamos nacionalmente a Campanha **Mulheres Sem Medo do Poder**, com os objetivos de, inicialmente, deflagrar um amplo movimento para estimular as mulheres a se filiarem a partidos políticos, possibilitando maior número de potenciais candidatas às eleições de 1996 e, em uma segunda fase, estabelecer encaminhamentos para viabilizar processos suprapartidários de preparação de mulheres candidatas.

A primeira etapa da campanha, desenvolvida durante o ano de 1995, resultou no aumento considerável de filiações de mulheres aos partidos, mas principalmente estimulou a iniciativa feminina de se inscreverem para disputar as eleições, em números que,

apesar de ainda preliminares, já demonstram o acerto da medida aprovada pelo Congresso Nacional.

Agora, através desta Cartilha, informativa e abrangente - que teve o apoio inestimável do IPEA para sua elaboração e do Senado Federal e IBGE para sua publicação -, pretendemos também contribuir para ampliar o universo de conhecimentos específicos do mundo político às mulheres, dando mais um passo para a superação das barreiras impostas pela formação educacional e pela cultura dominante, que não levam em conta, para o universo feminino, a preparação para a disputa política e para o poder.

Em suas páginas, estão contidas informações detalhadas sobre vários aspectos da política, desde como se faz uma campanha, passando pelo histórico das lutas das mulheres no campo político e sua representação, também pelo retrato das desigualdades de gênero no Brasil, até o Federalismo, Descentralização e Poder Local, vistos como novos desafios para os municípios e, ainda, as prioridades e propostas para as políticas públicas municipais.

Estamos certas de que este instrumento contribuirá para as campanhas eleitorais, aprofundando o debate sobre as questões de gênero e integrando as mulheres no processo de busca de soluções para os problemas atuais, sejam políticos, econômicos, sociais ou culturais.

A conquista da cota mínima de mulheres candidatas, bem como a campanha **Mulheres Sem Medo do Poder**, desencadeada a partir dela, que inclui esta Cartilha, é um momento de virada na luta da mulher brasileira pelo devido espaço que merece na sociedade, assim como expressa um amadurecimento do compromisso do Congresso Nacional com a igualdade entre homens e mulheres.

Expressamos nossa solidariedade e apoio a todas as mulheres candidatas às eleições 96, com a certeza de que o aumento da representação feminina nas Câmaras e poderes executivos municipais contribuirá para o desenvolvimento social com justiça, equidade e democracia.

BANCADA FEMININA DO CONGRESSO NACIONAL

## CHEGOU A NOSSA VEZ!

Este ano vamos eleger prefeitos e vereadores. A grande novidade em relação ao passado é a vitória da inclusão das cotas na legislação eleitoral, que obriga os partidos políticos, nesta eleição, a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres em suas chapas proporcionais (Lei 9.100/95 - Parágrafo 3 do Artigo 11). O objetivo da lei é aumentar a participação política das mulheres na sociedade, pois o número de senadoras, deputadas e vereadoras é ainda muito pequeno. Nos anos 30, as mulheres representavam 1% do Parlamento; houve alguma melhora, mas pouca: embora as mulheres sejam mais de 50% dos eleitores, hoje somos tão-somente 6 senadoras num conjunto de 81 no Senado Federal. Dos 513 deputados federais, somos 34 e algo como 3% de todos os vereadores eleitos do país.

A política sempre foi um *espaço masculino*, construído historicamente pelos homens e para os homens. É preciso mudar isso! Somos metade da população e queremos uma representação política condizente com a nossa importância. Participação política é algo mais amplo do que ocupar cargos nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas ou Federal: significa participar de sindicatos, associações de classe, de moradores, de movimentos de mulheres, fóruns de cidadania, ter voz na sociedade, realizar ações concretas para melhorar a vida da população.

Se nos tornamos mais atuantes na sociedade e nas suas lutas nos últimos 20 anos, nem por isso ingressamos mais facilmente no mundo formal da representação política. Há mecanismos de poder, velhos como o mundo, que se reproduzem excluindo, limitando a participação política das mulheres.

Chegou a hora da mudança! Este ano vamos disputar espaço nos cargos municipais e fazer disso a largada para crescer a cada ano a participação das mulheres entre os deputados, senadores, vereadores, prefeitos e governadores.

Vamos botar a boca no trombone e ocupar o espaço político. Vamos tratar, nós também, dos assuntos de interesse das comunidades, levando filhas e filhos e trazendo as questões da vida familiar e doméstica para o âmbito da política. O cotidiano da cama, de fraldas, tanque e fogão faz parte da vida humana e também é político.

**Você decidiu ser candidata? É um grande desafio. Vale a pena!**

Antes de mais nada converse com sua família sobre esta questão. Peça o apoio de todos: filhos, marido, pais, tios, sobrinhos, primos. Estenda também a rede para os vizinhos e amigos. Discuta a colaboração que podem dar à sua campanha, desde a ajuda financeira à militância de rua, distribuindo panfletos, ganhando adeptos. Afinal, você é candidata de novas idéias e de novas ações na política. Aos filhos, peça apoio para enfrentar esse desafio e compreensão, porque sua atenção em casa não será mais a mesma. Do seu partido, exija tudo que lhe parecer necessário para fazer a sua campanha, sem grandes expectativas. A mudança leva tempo. Lembre-se que a rede de companheiras, amigos e familiares é vital para o êxito da campanha. Sucesso!

## *1. Como Fazer uma Campanha Política*

Nós, mulheres, temos uma grande vantagem nesta eleição, que é poder fazer uma campanha também suprapartidária. Por isso mesmo, existem duas estratégias a considerar para sua campanha: uma delas, voltada para seu crescimento dentro do seu partido, e a outra a ser desenvolvida juntamente com as demais candidatas de sua cidade, mesmo que de outros partidos.

### **No Seu Partido**

Conseguiu a legenda? Agora vamos à luta! Reúna a turma que apóia sua candidatura e **organize um comitê de campanha**, com assessores para política, finanças, panfletagens e eventos. Podendo, arranje também uma sala no centro da sua cidade para o Comitê Eleitoral. Caso contrário, use sua própria casa, mas separe um local para reuniões e estocagem do material de campanha.

A sua primeira tarefa é fazer um panfleto se apresentando aos eleitores. O popular "santinho" deve ser uma miniatura deste panfleto maior.

## Quem Sou?

Descreva sua trajetória de vida: o que fiz até agora, o que penso, por quê sou candidata. Suas idéias são extremamente importantes para definir os rumos de sua campanha. Sua plataforma eleitoral depende delas. Se uma questão, por exemplo, é: Como melhorar a cidade? De que forma? Faça sua proposta, após conversar com as pessoas e ouvir suas reivindicações. Depois, tente influenciar na definição da plataforma do seu próprio partido, apresentando suas sugestões. Lembre-se das mulheres e da forma como elas gostariam de transformar a cidade para que ela se torne melhor para todos. Lembre-se também de incluir as lutas especificamente femininas por melhores escolas, creches, planejamento familiar, aborto, contra o estupro e o assédio sexual. Não se pode mais dissociar tais demandas daquelas que visam aprimorar o transporte, a saúde; todos são temas a serem tratados por todas as campanhas tanto a do prefeito como a sua.

### Atenção!

Não vamos fazer política na forma tradicional. Os concorrentes-homens e mulheres - não devem ser moralmente destruídos. Precisamos ganhar com os nossas propostas e não com a guerra suja.

## O que fazer Suprapartidariamente?

Tente aglutinar as mulheres candidatas da sua cidade com o movimento de mulheres e, juntas, escrevam um panfleto reivindicatório para a campanha majoritária. Esta é uma antiga prática do movimento feminista do Rio de Janeiro e de São Paulo

que, desde 1978, redige uma plataforma com as principais reivindicações das mulheres para direcionar as políticas públicas. É o *Alerta Feminista*, uma ótima peça de campanha!

Escrever e divulgar o *Alerta* ajuda a congregiar as mulheres na campanha política. Permite organizar manifestações conjuntas, criando eventos suprapartidários e divulgando os nomes das mulheres candidatas. Essa é a novidade! Mulheres reunidas, ainda que de distintos partidos, disputando o voto antes exclusivo para os candidatos masculinos.

Esta tarefa será mais fácil caso sua cidade tenha grupos de mulheres organizados. Caso contrário, convide as outras candidatas da cidade e elaborem um programa mínimo: esta plataforma conjunta será o gancho para atos públicos, promoção de debates com filmes sobre a condição feminina, panfletagens que fazem a alma da campanha.

## Todas juntas pela eleição de uma grande

### bancada feminina: a Bancada do Batom

Mas pode ser impossível fazer uma campanha suprapartidária na sua cidade! Neste caso, tente ao menos fazê-la na coligação que sustenta o candidato majoritário, isto é, a prefeito, que você apóia. Você só não pode perder a oportunidade de marcar a diferença entre as candidaturas femininas e as masculinas. Por que? Somente nós, mulheres, podemos realizar uma campanha todas juntas, a subordinação das mulheres é uma realidade do cotidiano feminino, atingindo as mulheres sem distinção de classe, raça, credo, idade ou partido político.

= > Este arrastão do mulherio faz de vocês candidatas diferentes na disputa pelos eleitores. Além do mais, como o político tradicional

está sendo questionado pela sociedade, por não cumprir responsabilmente o mandato popular, as suas chances de vencer aumentam com esta campanha “uma por todas e todas por uma”.

## A Bancada do Batom está chegando

### O Cotidiano da Campanha do Batom

Uma campanha política tem um ponto de partida básico: é preciso que as pessoas saibam que você é candidata. Não conte com os programas de rádios e de TV, estes são só para as campanhas majoritárias; mas, se houver oportunidade, aproveite! Sua rede de companheiras é fundamental para um boca-a-boca eficiente e para realizar as tarefas indispensáveis ao longo da campanha (fazendo festas para arrecadar fundos, vendendo camisetas, broches).

Eleja temas preferenciais na sua plataforma eleitoral. Isso vai distinguir você dos demais candidatos. Por exemplo: **a prefeitura é responsável pela oferta de creches, segundo a Constituição.** Esse pode ser um tema central na sua campanha, capaz de identificar você, credenciando-a para representar a população que deseja ver atendida tal reivindicação.

Por outro lado, aproxime-se dos eleitores colocando a importância do voto e da democracia na vida de todos. Você também tem um papel didático na construção do exercício da cidadania. Antes de votarem, as pessoas devem se perguntar o que sabem daquele candidato, o que ele pensa ou o que já realizou para a sociedade. Mostre aos eleitores quão importante é escolher bem. Diga a eles que é preciso saber qual a opinião de um candidato sobre pobreza, desemprego, geração de renda, planejamento

**familiar, infância abandonada, violência , aborto, creches,** e qualquer outro tema relevante. É assim que avança a democracia.

Vá às feiras e distribua seu material de campanha. Deixe também seus "santinhos" nas lojas onde é freguesa. Leve-os para a escola dos seus filhos e peça o apoio da criançada para a campanha crescer depressa. E procure criar grupos de apoio em outros bairros, além do seu, para ganhar mais eleitores.

## Comitê Eleitoral

Os principais assessores de seu comitê são pessoas próximas que cuidarão das finanças e da promoção dos eventos políticos de sua campanha. Quais as tarefas imprescindíveis para levar à frente a campanha e que necessitam de alguém que se encarregue de cumpri-las?

**Finanças** - Uma tesoureira que, além de arranjar os fundos necessários, ajudará na prestação de contas para o Tribunal Eleitoral (para isso, guarde todos os recibos das doações feitas à sua campanha). **Como conseguir dinheiro? Faça festas, rifas, leilões de parede com objetos de artesanato e arte doados, venda camisetas, peça contribuições com um livro de ouro - só não se endivide, nem venda seu patrimônio, caso tenha algum!**

**Agenda Política** - Uma coordenadora para organizar sua agenda de campanha é vital para não esquecer, faltar ou atrasar nos compromissos, que tendem a se multiplicar. Da mesma forma, você deve sempre comparecer acompanhada de colaboradores, pois você não é candidata de si mesma. Mostre que tem apoio. Chame suas amigas!

**Tarefas diversas** - Não se esqueça de organizar uma lista de endereços para enviar sua correspondência: convites para debates e eventos, comunicação de sua agenda e compromissos que fazem parte da sua candidatura. Também deve-se enviar o panfleto "Quem Eu Sou" para o maior número de pessoas possível, já que o maior desafio a vencer é fazer com que se saiba que você é candidata. Lembre-se disso!

## **É Preciso Mudar!**

Os tempos mudaram e o cotidiano das mulheres se transformou, pelo acesso à educação, pelo trabalho fora de casa, pelo maior controle sobre a reprodução. A duras penas estamos ocupando o espaço público que tradicionalmente nos foi vedado. Fazamos de nossas filhas e netas pessoas humanas, seres aguerridos que possam caminhar sozinhas na vida. O exercício pleno da cidadania significa o direito à representação, à voz e à vez na vida pública, mas também a dignidade na vida cotidiana, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: igualdade no sistema político e na vida civil. A democracia só existirá quando a cidadãos e cidadãs, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e oportunidade de acesso às ruas, palanques, assembleias e palácios.

**Agora queremos igualdade!**

## *2. Conheça um pouco da História da Luta das Mulheres por mais Direitos <sup>1</sup>*

*"As mulheres querem se reapropriar dos fragmentos dessa (sua) história sem memória, não para cristalizá-los e fabricar novas múmias, mas para que estejam presentes na nossa consciência e nas nossas práticas cotidianas, para que façam parte da nossa revolta, nossa experiência, nossos sonhos"*

(Elizabeth Lobo, 1991)

---

<sup>1</sup> Sobre este assunto veja: Branca Moreira Alves (1980) *Ideologia e Feminismo - A luta da mulher pelo voto no Brasil*, Petrópolis, Ed. Vozes; June E. Hahner (1981), *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas 1850/1937*, São Paulo, Brasiliense. Todas as citações deste capítulo são baseadas nas obras mencionadas nas notas de rodapé do texto.

Ser uma candidata mulher implica conhecer a longa trajetória de lutas que outras mulheres conhecidas e desconhecidas travaram para mudar nossa vida e torná-la melhor. Uma história das inúmeras rebeliões femininas pode começar com um trecho escrito em 31/03/1776 por **Abigail Adams**, dirigido a seu marido John Adams, constituinte norte-americano e depois 2º Presidente dos Estados Unidos, que dizia “...no novo código de leis que vós estais redigindo, desejo que vos lembreis das mulheres e sejais mais generosos e favoráveis com elas do que foram vossos antepassados... Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigadas a cumprir leis para as quais não tivemos nem voz nem representação”.

Duzentos anos depois as palavras de Abigail Adams são ainda comoventes e profundamente atuais.

Analfabetas e alijadas do espaço público, as mulheres, no mundo e no Brasil, passaram a lutar por educação e pelo direito ao voto. Foi nos Estados Unidos que ocorreram as primeiras manifestações organizadas em prol dos direitos da mulher, no século XIX. Juntamente com a luta contra a escravidão, explodiu a luta pela libertação feminina. Na Inglaterra, esta luta começa principalmente a partir da década de 1860, quando o economista John Stuart Mill é eleito para o Parlamento e escreve *A Sujeição das Mulheres*, dando início a inúmeras petições em favor do voto feminino.

No Brasil, após 1850, surgiram as primeiras organizações de mulheres que lutavam pelo direito à instrução e ao voto. Depois de longo silêncio, a voz feminina manifestava-se na boca e na pena de **Nísia Floresta** (1809-1885), abolicionista, republicana e feminista nascida no Rio Grande do Norte. Ardorosa defensora da educação feminina, denunciou a ignorância em que eram mantidas as meninas, protestou contra a condição de dependência em relação aos homens, criada pelo desprezo com que era vista a educação das mulheres.

A baiana **Violante Bivar e Velasco** fundou em 1852 o primeiro jornal dirigido por mulheres: o *Jornal das Senhoras*. Como Nísia, tinha por objetivo “propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”. O desprezo pela educação feminina abrangia todas as mulheres, senhoras e escravas, a ignorância reforçando ainda mais o isolamento e as limitações da vida feminina. Era preciso tirar a venda dos olhos.

Em 1873, a professora **Francisca Senhorinha da Motta Diniz** criou em Campanha, Minas Gerais, o jornal feminista *O Sexo Feminino*, que colocava assim a questão, “Não sabemos em que grande república ou republiqueta a mulher deixe de ser escrava, e goze de direitos políticos, como o de votar e ser votada. O que é inegável é que em todo o mundo bárbaro e civilizado, a mulher é escrava, domine o governo monárquico, ou o indiferente despotismo”.

No início deste século, os costumes começam a mudar, o cinema se impõe nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, multiplicam-se os jornais, o comércio e as fábricas absorvem cada vez mais mulheres, as filhas da classe-média saem de casa para trabalhar como professoras, enfermeiras, telefonistas. Em novembro de 1917, a Professora **Leolinda Daltro**, depois de fundar em 1910 o Partido Republicano Feminino, lidera uma passeata exigindo a extensão do voto às mulheres (desde o século passado o voto era acessível aos homens). Este fato inédito de mulheres na rua protestando e exigindo direitos políticos teve enorme repercussão na elite política e surpreendeu vivamente a população do Rio de Janeiro.

Em 1918, a jovem **Bertha Lutz**, educada no exterior e iniciando carreira profissional como bióloga, publica na *Revista da Semana* uma carta denunciando o tratamento dado ao sexo feminino e propõe a formação de uma associação de mulheres, visando “canalizar todos esses esforços isolados”. Quatro anos depois (1922) é constituída no Rio de Janeiro a **Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**, sob a liderança de Bertha Lutz.

A década de 1920 foi uma época conturbada, prenúncio das grandes transformações dos anos 30. A classe operária se organizava, os intelectuais rompiam com o pensamento tradicional, as classes médias pediam mais representação política e as mulheres queriam tudo isso e muito mais! Sensibilizado pela luta das sufragistas (mulheres que lutavam pelo sufrágio, o voto) no estado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, então governador, obteve em 1928 uma alteração da legislação eleitoral para conferir o direito de voto às mulheres no seu estado. Elas foram às urnas, mas seus votos foram anulados pela Comissão de Poderes do Senado.

No entanto, elegeu-se uma prefeita, a primeira da história do Brasil, *Alzira Soriano de Souza*, no município de Lages, Rio Grande do Norte.

Em 1932, o governo de Getúlio Vargas formado após a Revolução de 1930, promulgou o novo Código Eleitoral pelo Decreto nº 21.076, garantindo finalmente o direito de voto às mulheres brasileiras. Nas eleições de 1933, convocada para a Assembléia Nacional Constituinte, foram eleitos 214 deputados e uma única mulher: a paulista **Carlota Pereira de Queiroz**. Bertha Lutz, concorrendo pelo Distrito Federal (RJ), foi eleita primeira suplente. Neste processo constituinte havia 40 deputados classistas e dentre estes figurava também uma mulher, a trabalhadora **Almerinda Farias Gama**, representante do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos e da Federação do Trabalho do Distrito Federal.

A história política brasileira nunca se caracterizou pela participação popular, tendo tradição do poder autoritário, seja em termos políticos, seja nas relações senhor-escravo, marido-mulher, pai-filhos. A vida isolada nas fazendas, a urbanização tardia, o cerceamento político impediram o desenvolvimento de relações associativas. Para as mulheres brasileiras, tal cerceamento foi ainda mais profundo. Só a partir dos anos 1930 começam a ter em maior número acesso ao ensino médio e superior, conquistam o direito ao voto, fruto da brava luta de um punhado de mulheres da elite brasileira, na sua maioria profissionais liberais.

Conquistado o direito ao voto feminino, o movimento não teve forças para superar a despolitização das massas femininas e a organização que Bertha Lutz e suas companheiras tinham criado quase que desaparece. As mulheres continuaram por muitas décadas ainda vivendo uma posição inferior na sociedade brasileira.

## O Novo Feminismo

Nos anos 1960, em paralelo com a luta dos negros americanos pelos direitos civis e com os movimentos contra a guerra do Vietnã, ressurgiu o novo feminismo, apoiado principalmente no livro da escritora francesa Simone de Beauvoir *O Segundo Sexo*, publicado em 1949. O livro estuda o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos de sua socialização que a tornam alienada e treinada para ser apenas um apêndice do homem. É famoso o seu texto: "Não se nasce mulher: torna-se mulher".

O ponto de partida para a segunda etapa do feminismo foi a publicação de *A Mística Feminina*, da americana Betty Friedan. Este livro busca explicar "o mal que não tem nome", a angústia do eterno feminino, da mulher sedutora, frágil e submissa. A insatisfação com seu cotidiano se alastra e as mulheres, agora com mais educação, vão à luta. Mulheres americanas, francesas, inglesas, italianas ganham as ruas: *O Privado é Político, Nosso Corpo nos Pertence*, foram algumas das idéias difundidas pelo movimento. Todavia, é a luta pela descriminalização do aborto e a denúncia da violência no lar que mobilizarão milhares e milhares de mulheres no mundo inteiro ao longo destes anos. A revolta das mulheres chega mesmo a repercutir nos organismos internacionais, levando as Nações Unidas (ONU) a instituir o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher.

No Brasil, o Ano Internacional da Mulher foi um importante marco no ressurgimento do feminismo<sup>2</sup>. Debaixo de regime militar, com as liberdades democráticas cerceadas, a iniciativa da Nações Unidas propiciou às mulheres brasileiras um espaço de discussão e organização. No Rio de Janeiro, um grupo de intelectuais, estudantes universitárias e donas-de-casa articulou as comemorações que culminaram com a fundação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), primeira organização do novo feminismo. Logo a seguir, na cidade de São Paulo, outro grupo de mulheres monta o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB).

Também sob os auspícios das Nações Unidas, aparece o Movimento Feminino pela Anistia (MFA) unindo a luta pela democratização do país com a discriminação específica de gênero. Em função do MFA, é lançado o jornal *Brasil Mulher*, ainda em 1975. Porém, o primeiro periódico a se apresentar como feminista foi o *Nós Mulheres*, que afirmava a opressão sexual da mulher. Este momento foi bem definido por Zuleika Alambert: "A proclamação do Ano Internacional da Mulher em 1975 foi então, do ponto de vista prático, o detonador de um movimento de mulheres mais amplo no país... Campanhas específicas foram lançadas, jornais feministas, embora de vida curta, apareceram e desempenharam um importante papel na mobilização, organização e luta das mulheres".

No início dos anos 80, havia inúmeros grupos de mulheres espalhados pelo Brasil, num amplo leque de posições feministas, constituindo um movimento de mulheres brasileiras. Este movimento alcança as mulheres trabalhadoras, que passam por sua vez

---

<sup>2</sup> Sobre o ressurgimento do movimento feminista no Brasil veja: Maria Aparecida Schumacher & Elisabeth Vargas, "Lugar no Governo: Alíbi ou Conquista?", em *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, Ciec/Eco/Ufrj, vol. 1, nº 2, 1993; Maria Lygia Q. de Moraes, *Mulheres em Movimento*, São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, 1985; *Estudos Feministas*, Ciec/Eco/UFRJ, Número Especial, 2º Semestre de 1994; e as publicações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), *Mulher e Constituinte*, novembro de 1985 e *Mulher e Trabalho*, janeiro de 1986, Brasília, Ministério da Justiça.

a organizar dezenas de encontros. São metalúrgicas, químicas, trabalhadoras em geral, que, despidas das diferenças, se descobrem mulheres, oprimidas, mas que se desejam autônomas na sua luta específica em relação aos partidos políticos, aos homens e ao Estado.

A premência de se atuar contra todo tipo de violência da qual é vítima a mulher emerge como idéia no Encontro Feminista de Valinhos (junho de 1980, São Paulo) com a recomendação da criação de centros de auto-defesa. **Quem ama não mata.** É então que o SOS-Mulher ganha fôlego, traduzindo-se na criação das Delegacias Especiais para Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência (DEAMs). A primeira é implementada em 1985 em São Paulo e rapidamente várias outras são implantadas em outros estados brasileiros.

A lenta chegada ao estado de direito no Brasil, após a anistia em 1979, culmina no início dos anos 80 com uma maior participação política na sociedade brasileira e um grande chamamento à atuação das mulheres. O que fazer, então? Continuar nos movimentos sociais, entrar nos partidos e disputar as eleições? Em 1982, nas eleições diretas para os governos estaduais, o movimento de mulheres atua e em vários estados é elaborada uma plataforma feminista submetida aos candidatos. O nome cunhado pelo movimento feminista do Rio de Janeiro acabou ganhando o país e o **Alerta Feminista** virou uma tradição.

Passada a eleição, os avanços se manifestam na criação, em 1983, nos estados de São Paulo e Minas Gerais (neste estado de forma diferente do paulista), de um órgão para traçar uma política pública para as mulheres: o Conselho Estadual da Condição Feminina.

Com a Nova República (1985), essas experiências estaduais são alçadas a nível federal, com a aprovação, pela Câmara Federal, do projeto de lei nº 7.353, que estabeleceu o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Sua finalidade era a formulação de políticas com vistas à eliminação da discriminação contra as mulheres. O Conselho teve uma atuação marcante na campanha da Constituinte de 1988, através do chamado *Lobby* do Batom, na área dos direitos reprodutivos e no combate à violência contra a mulher.

Em 1989, o CNDM foi desestruturado e o Governo Collor colocou uma pá de cal no que restou ao tirar a autonomia financeira e administrativa do órgão. Todavia, no embalo do sucesso do CNDM (1985/1989), multiplicaram-se conselhos estaduais e municipais em dezenas de estados e em alguns municípios. Uns, fruto da demanda local do movimento de mulheres, outros de caráter eleitoreiro, todos, no entanto, funcionando precariamente.

A experiência demonstra que a história de luta das mulheres brasileiras, embora pontuada por obstáculos, e com uma articulação limitada com o Estado, não pode mais ser ignorada pois tem contribuído valorosamente para mudar a cara do Brasil.

Atualmente, centenas de grupos se espalham país a fora, mas a mulher continua sendo uma trabalhadora discriminada: nossa ausência nas esferas das decisões e execuções de políticas públicas, nos organismos de classe, nas hierarquias das igrejas e nos partidos políticos é a manifestação mais clara da exigência de um novo espaço social e de novas relações entre os sexos.

A existência palpitante das lutas feministas pode ser mensurada pelo movimento **Articulação de Mulheres Brasileiras** que entre 1994 e 1995 mobilizou centenas de brasileiras para redigir um documento reivindicatório para a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher (Beijing, 1995). Foram 91 eventos envolvendo mais de 800 grupos femininos em todo o país. A discussão do documento oficial do governo brasileiro contou igualmente, durante sua elaboração, com a reflexão feminista.

Ao chegar ao poder, o governo Fernando Henrique Cardoso reinstalou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Hoje a bancada feminina no parlamento brasileiro promove a Campanha **Mulheres Sem Medo do Poder**, num grande esforço para aumentar o poder das mulheres, em particular nos espaços políticos institucionais. Esta cartilha faz parte dessa campanha, esperando contribuir para que as mulheres enfrentem o desafio do poder político.

### 3. Retrato das Desigualdades de Gênero no Brasil

○ Brasil detém tristes recordes no campo das desigualdades, sejam elas sociais, regionais, raciais e de gênero. É aqui que onde a concentração de renda é das mais elevadas do mundo e onde o nível de pobreza é dos mais alto. Veja como se distribui a pobreza no Brasil:

Tabela 1 - Proporção de Pobres

BRASIL	
	1993
Área Metropolitana	32%
Área Urbana	27%
Área Rural	36%

Fonte: Rocha, IPEA/DIPES, 1995 (PNAD).

Como vemos, nas grandes cidades e nas áreas rurais 1 em cada 3 pessoas é pobre, o que significa não dispor de dinheiro suficiente para atender às necessidades básicas de alimentação, vestuário, habitação, transporte, educação, etc. Nas pequenas cidades, a situação é apenas um pouco melhor. Ainda assim, 1 em cada 4 pessoas não tem condições de vida dignas.

As desigualdades entre as regiões brasileiras também são muito grandes e há mais de 40 anos tenta-se corrigir este problema, sem grande sucesso. Isso quer dizer que viver numa região ou num estado do Brasil pode significar menores oportunidades de trabalho e crescimento do que em outras.

Tabela 2 - Indicadores sobre Desigualdades Regionais (1993)

Regiões	Renda Média dos Indivíduos <sup>3</sup> (R\$)	Taxa de Analfabetismo <sup>4</sup>	Taxa de Analfabetismo Rural
BRASIL	183,62	15,70%	34,27%
Norte (Amazonas)	130,86	11,38%	-
Nordeste	115,13	27,24%	48,30%
Sudeste	217,36	10,27%	25,21%
Sul	233,04	8,99%	14,87%
Centro-Oeste	219,07	13,48%	22,70%

Fonte: Atlas Regional das Desigualdades, DIPES-IPEA e IBGE, 1996.

Vemos, portanto, que as desigualdades não se limitam ao nível de renda, mas alcançam até acesso à instrução e escolaridade. A taxa de analfabetismo do Nordeste, por exemplo, é 3 vezes

<sup>3</sup> R\$ de fevereiro de 1996. A renda média significa a divisão entre todas as pessoas de uma região da soma das rendas ali disponíveis.

<sup>4</sup> Diz respeito à população com mais de 15 anos.

maior que no Sul. Se olharmos o que acontece nas áreas rurais, a situação é ainda mais dramática, pois dobra a proporção de analfabetos em relação às médias nacional e regionais. No Nordeste rural, quase metade da população é analfabeta. Situação que atinge mais os idosos do que os jovens, mas há ainda muita criança mal escolarizada que não sabe ler nem escrever.

Do ponto de vista das desigualdades raciais, que diferenciam fortemente brancos de negros e pardos na sociedade brasileira, as desvantagens para os negros são imensas e dificilmente serão superadas sem uma política eficiente de combate ao racismo. Muitos estudos têm demonstrado que o salário, o nível de instrução, as oportunidades de bons empregos e condições de vida são sempre piores para a população negra do que para os brancos. Isto é, para a população negra - quase metade da população brasileira - as vantagens do progresso e os direitos de cidadania costumam a chegar.

Como vemos, o Brasil é um país cheio de desigualdades e isso se reflete também na condição de homens e mulheres.

### O que são as desigualdades de gênero? Como se manifestam na sociedade brasileira?

Todo mundo nasce homem ou mulher. Mas os comportamentos masculinos e femininos são transmitidos ao longo da vida, em casa, na escola, no local de trabalho, trazendo consigo valores positivos ou negativos. Você já deve ter ouvido dizer que "lugar de mulher é em casa", como se fosse coisa sem importância cuidar da casa e da família e como se as mulheres não soubessem fazer muitas outras coisas fora de casa e muito bem - trabalhar, participar ativamente da vida política, atuar junto à sua comunidade ajudando a encontrar soluções para os problemas!

Assim, o espaço da casa, por ser feminino, seria menos importante que o espaço do trabalho e o mundo dos negócios, onde ainda predominam os homens.

Essas desigualdades entre homens e mulheres não surgiram agora e remontam a tempos pré-históricos. O que mudou ao longo de tantos milênios - e não sem grande e permanente esforço - foi a forma como as mulheres passaram a encarar o que antes era considerado **normal, natural**, resultado da condição feminina: seu lugar subordinado, menor, de segunda classe na sociedade. Hoje sabemos que não há porque considerar o que é masculino pior ou melhor do que o que é feminino. Não é o sexo que faz um ser humano melhor ou pior, mas suas qualidades ou defeitos.

Para explicar tantas desigualdades que existem entre homens e mulheres, usamos a palavra **gênero**, que se refere à **relação conflituosa e cheia de tensões entre o gênero feminino e o gênero masculino**.

Quando se fala em **desigualdades de gênero** está-se falando na existência de **diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres**, que se apóiam em aspectos biológicos - mulheres e homens têm corpos e sexualidade distintos, além de a maternidade ser uma experiência exclusivamente feminina. É o fato de o sexo ser diferente que justifica para muita gente os homens terem mais poder, mais recursos e mais influência do que as mulheres. Isso é um preconceito e tem que acabar.

Portanto, as desigualdades entre os sexos são uma das formas pelas quais se reproduzem as desigualdades. Existem muitos conflitos e dificuldades entre homens e mulheres. Grande parte desses conflitos é por causa da divisão do trabalho e do poder entre os sexos, naquilo que tem de favorável aos homens e prejudicial às mulheres. Essa forma de dividir o trabalho e o poder retirou e ainda retira às mulheres oportunidades de um desenvolvimento humano pleno e sem restrições.

A democratização das sociedades modernas evidenciou que nem sempre os direitos políticos, sociais, econômicos e civis beneficiam igualmente homens e mulheres. O mesmo ocorre no Brasil. Já vimos como foi estendido tardiamente às mulheres o direito ao voto, como só em 1988 foi anulada a lei absurda que

permitia aos maridos, se quisessem, proibir o emprego remunerado de suas esposas. Também só com a Constituição de 88, as mulheres passaram a ter os mesmos direitos dos maridos. Antes só o homem era reconhecido como cabeça do casal. Agora a chefia familiar é co-partilhada pelos cônjuges, sem que o homem seja mais importante que a mulher ou vice-versa.

## O que dizem as estatísticas sobre as desigualdades entre os sexos no Brasil?

Vejamos, inicialmente, o que acontece em termos de salários e rendas:

. As mulheres se apropriam de apenas 25% de toda a riqueza produzida no Brasil<sup>5</sup>. Tal proporção é ainda menor nas áreas rurais, onde fica em torno a 15% (1990). Logo, no seu conjunto, elas são mais pobres que os homens.

. Em cada 10 famílias no Brasil, 3 são chefiadas por mulheres, que vivem sozinhas com seus filhos. Em 1990, 38% de todas as famílias chefiadas por mulheres nas grandes metrópoles eram pobres.

. As diferenças de salário entre homem e mulheres variam muito segundo o tipo de atividade exercida. Confira os dados para 1993<sup>6</sup>:

<sup>5</sup> Lavinas, L. As Mulheres no Universo da Pobreza: o caso brasileiro. Artigo inédito, 1995.

<sup>6</sup> Valores expressos em reais de fevereiro de 1996.

Tabela 3 - Rendimentos Médios (R\$) por Sexo  
Segundo Posição na Ocupação (1993)

	Empregados <sup>7</sup>	Autônomos	Empre- gadores	Empregados Domésticos
Homem (A)	418,54	391,37	1.502,46	139,44
Mulher (B)	345,84	229,38	1.016,43	93,06
B/A*	82%	58%	67%	66%

Fonte: Atlas Regional das Desigualdades, IPEA-DIPES e IBGE, 1996.

\* Porcentagem dos ganhos das mulheres em relação aos dos homens.

Quais as observações mais importantes mostradas pela tabela 3?

1) Em todas as situações, inclusive como patrões, as mulheres recebem menos do que os homens.

2) Em geral, é no emprego assalariado que mulheres e homens ganham quase o mesmo salário, com uma diferença de 18% a mais para os homens. Mas se, em vez de ser empregada numa firma, comércio ou numa repartição pública, a mulher resolve trabalhar por conta própria, tendo seu próprio negócio ou como diarista, a diferença de remuneração com os homens é muito maior. Como autônomos, sendo seus próprios patrões, os homens conseguem ganhar muito mais dinheiro que as mulheres.

Isso mostra que nas atividades que foram regulamentadas por leis trabalhistas foi possível reduzir mais rapidamente as disparidades entre os sexos. É certamente mais difícil para uma mulher trabalhar por conta-própria do que como assalariada. Não por acaso, em 1993, só 15% das mulheres exerciam atividades como autônomas, contra 24% dos homens.

3) Embora as mulheres representem 93% de todas as pessoas que trabalham como empregados domésticos, ainda assim sua

<sup>7</sup> Excluído o serviço doméstico, considera empregados com carteira assinada e sem carteira assinada.

remuneração é inferior em 30% à dos homens, raros nessa função. Ser empregada doméstica é quase sinônimo de mulher - sem hora para parar de trabalhar, sem privacidade.

É verdade que as diferenças de rendimentos entre homens e mulheres tendem a reduzir-se. Já foram maiores no passado! Mas no ritmo que vai, serão necessárias dezenas de anos para que desapareçam completamente.

Como as mulheres, no seu conjunto, trabalham fora de casa um número menor de horas por semana do que os homens - até porque precisam cuidar dos filhos e do trabalho doméstico em geral -, elas costumam ganhar também menos. Vamos, então, comparar o pagamento feito a homens e mulheres por cada hora trabalhada, em vez de só olhar o salário total no final do mês. Veremos, assim, que esse pagamento é muito desigual em todos os estados da nação.

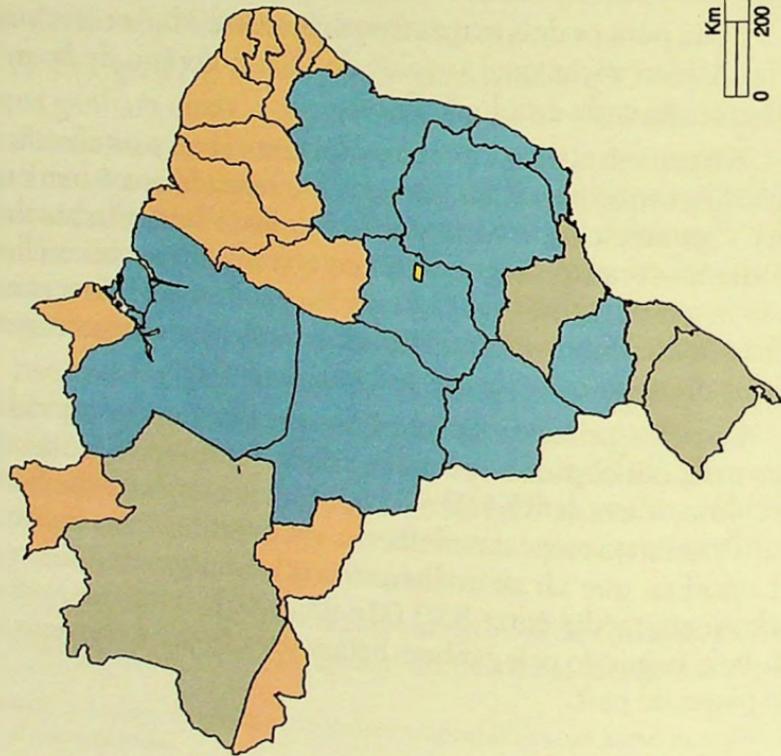
Olhe para os dois mapas das páginas 30 e 31. As cores vão nos ajudar a identificar qual o valor do salário-horário de homens e mulheres em cada estado do Brasil.

No primeiro, mais colorido, você tem 4 cores para classificar os salários horários pagos aos homens. No segundo, você tem menos cores. O amarelo, que corresponde ao salário-horário mais alto do país desapareceu do segundo mapa que é o mapa das mulheres. Nesse mapa feminino, você só tem 3 cores. Isso quer dizer que, em média, em nenhum estado do Brasil, as mulheres conseguem ganhar salários tão altos como os que os homens recebem.

Essa é a primeira constatação: em Brasília, cor amarela no mapa masculino, ganha-se o maior salário-hora do país. É um salário masculino. Varia de R\$ 4,00 a R\$ 6,00 por hora trabalhada. Se você olhar Brasília no mapa das mulheres, vai constatar que a cor é cinza. Isto significa que ali as mulheres mais bem pagas de todo o país recebem em média entre R\$ 3,00 e R\$ 4,00. Portanto, as mulheres mais bem pagas do país ganham bem menos do que os homens mais bem pagos do país.

# SALÁRIO-HORA MASCULINO - 1990

(Mapa 1)



Valor Médio da Hora Remunerada\*

RS 4,00 até RS 6,00



RS 3,00 até RS 4,00



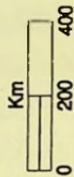
RS 2,00 até RS 3,00



Até RS 2,00

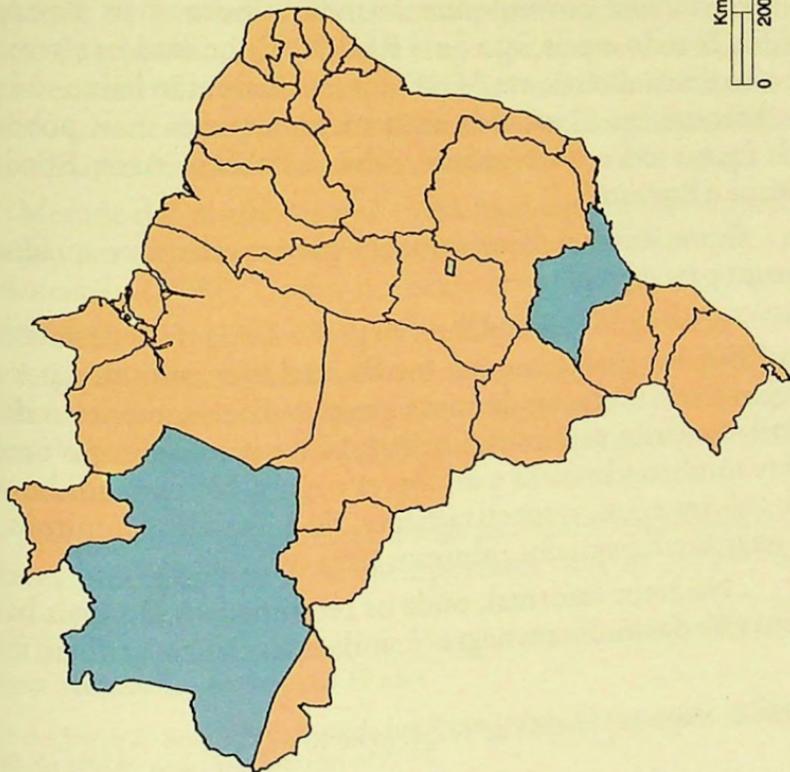


\*Em R\$ de fev/1996



# SALÁRIO-HORA FEMININO - 1990

(Mapa 2)



Valor Médio da Hora Remunerada\*

- R\$ 3,00 até R\$ 4,00
- R\$ 2,00 até R\$ 3,00
- Até R\$ 2,00

\*Em R\$ de fev/1996

Fonte: Atlas Regional das Desigualdades (Pnad 1990)  
Elaboração: IPEADIPES - IBGE, 1996

No mapa masculino, 4 estados têm a cor cinza. Isto quer dizer que no Amazonas, em São Paulo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul os homens recebem por hora trabalhada, em média, R\$ 3,00 a R\$ 4,00. No caso das mulheres, isso só acontece no Distrito Federal.

Em 9 estados brasileiros, os homens recebem por cada hora de trabalho entre R\$ 2,00 e R\$ 3,00. É a cor azul do mapa! Veja o que acontece com as mulheres! Só em dois estados - Amazonas e São Paulo -, vemos a cor azul. Ou seja, só lá as mulheres conseguem ser pagas num valor semelhante ao dos homens de quase metade dos estados brasileiros. É muita desigualdade, não é mesmo?

Mas tem pior! Olhe agora para a cor rosa-laranja. Ela praticamente domina todo o mapa feminino, à exceção dos estados do Amazonas, São Paulo e do Distrito Federal, não é?! A cor rosa-laranja corresponde ao salário-hora mais baixo, em média, de todo o país, isto é até R\$ 2,00. Enquanto isso acontece, no caso das mulheres, em 24 estados, esse valor tão baixo só é pago aos homens em 13 estados, exatamente aqueles mais pobres do país (quase todos do Nordeste, salvo a Bahia, e Acre, Rondônia, Amapá e Roraima).

É preciso encontrar soluções para mudar esse quadro tão injusto para as mulheres!

. A situação das mulheres negras é ainda mais desfavorável: em 1990, elas ganhavam em média 2 salários mínimos por mês, enquanto as mulheres brancas ganhavam exatamente o dobro, isto é, 4 salários mínimos. Ou seja, há muitas diferenças também entre mulheres brancas e mulheres negras. No caso dos homens, tais valores eram, respectivamente, de 3,5 salários mínimos para os negros e 7,5 salários mínimos para os brancos.<sup>8</sup>

. No setor informal, onde os rendimentos são mais baixos, a situação das mulheres negras é ainda mais crítica: ganham menos

---

<sup>8</sup> FIBGE, Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil, nº 1.

de 2 salários mínimos, contra quase 3 salários mínimo no caso das brancas e mais de 5 salários mínimos, no caso dos homens, sem distinção de cor.

Vejamos agora mais detalhadamente qual a situação de homens e mulheres no mercado de trabalho:

- Enquanto 3 de cada 4 homens<sup>9</sup> estão trabalhando ou procurando emprego, essa relação cai de 1 para 2 no caso das mulheres (1993). Em outras palavras, metade das mulheres em idade de trabalhar fora, cuida da casa, dos filhos, não sendo remuneradas por isso. Em 1981, esse percentual era maior (2 mulheres em cada 3 não tinham trabalho remunerado). Isso mostra que as mulheres continuam pressionando e muito o mercado de trabalho à procura de emprego, apesar das dificuldades que encontram para compatibilizar trabalho doméstico e trabalho remunerado. É mais fácil para os homens ganhar dinheiro trabalhando fora do que para as mulheres!

- Metade das mulheres que trabalham encontra-se no setor informal, sem nenhum tipo de proteção social ou direito previdenciário (1990). Como no Brasil a vinculação ao sistema previdenciário se faz por contribuição, sua situação é mais precária.

- Mais da metade das mulheres ocupadas no setor informal trabalha a tempo parcial, enquanto que apenas 15% dos homens o fazem.<sup>10</sup> Este é um traço do trabalho feminino que independe da cor da mulher.

- As mulheres estão concentradas num número pequeno de atividades e ocupações: 2/3 desempenham funções no serviço

<sup>9</sup> Universo das pessoas com mais de 10 anos.

<sup>10</sup> Abreu A., Jorge A. Sorj B. Informalidade e Precariedade: gênero e raça no Brasil em 1990. In IPEA, série Seminários, nº 7/94.

público (educação, saúde e serviços pessoais) e outros tipos de serviços; perto de 15 % apenas trabalham na indústria, onde os salários são mais altos. Foi o setor público que mais empregou mulheres nos últimos anos.

- 15% das mulheres ocupadas são trabalhadoras familiares sem nenhuma remuneração. No meio rural, esse número sobe para quase 40%.

- Mais de 80% de todas as pessoas ocupadas como costureiros, professores de 1º grau, secretários, telefonistas e/ou telegrafistas, enfermeiros e recepcionistas são **mulheres**<sup>11</sup>. E são essas as ocupações pior remuneradas do país!

- 50% das mulheres concentram-se em ocupações nas quais se encontram apenas 5% da força de trabalho masculina<sup>12</sup>. Da mesma forma, 50% dos homens concentram-se em ocupações onde só 5% da mão-de-obra é feminina. Isso é chamado de segregação ocupacional por sexo. Ou seja, é muito difícil ainda para as mulheres exercer profissões tradicionalmente desempenhadas pelos homens, onde os salários são mais elevados. Isso não se explica por falta de formação das mulheres. Elas têm mais escola que os homens, estudaram mais, mas não conseguem transformar essa vantagem em melhores oportunidades de emprego!

- Nos cursos de capacitação profissional, a participação das mulheres é pequena e quase sempre voltada para atividades ligadas ao que ela costuma fazer em casa: costurar, cozinhar, etc. É preciso abrir espaços novos de formação e treinamento profissional para as mulheres, onde elas estejam representadas em igual número que os homens.

---

<sup>11</sup> Bruschini C. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. In IPEA, série Seminários nº 7/94.

<sup>12</sup> Barros R., Machado A.F. e Mendonça R. A Desigualdade da Pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero, IPEA, 1995, a ser publicado.

• O número de mulheres que ocupam cargos de chefia é mínimo. Embora em cada 100 pessoas que trabalhem 40 sejam mulheres, elas raramente conseguem subir na hierarquia funcional das empresas. Apenas 10% dos postos de presidência ou direção são preenchidos por mulheres, percentual que cai para 4% nas grandes empresas<sup>13</sup>.

• Por exemplo, apesar de haver muita mulher entre os advogados, nenhuma brasileira conseguiu chegar até hoje nos Tribunais Superiores do país. Em 1990, no conjunto de diretores de empresas estatais não havia nenhuma mulher!

• As taxas de desemprego feminino são, em geral, um pouquinho superiores às masculinas. Mas o desemprego feminino está crescendo rapidamente!

E o que acontece com as mulheres em termos de saúde, violência, isto é em outras esferas da vida tão importantes para o bem-estar de cada um de nós?

• A esperança de vida das mulheres é maior do que a dos homens: elas vivem no Brasil em média 69 anos e os homens 63 anos. Essa é uma distinção entre homens e mulheres que nos dá alguma vantagem. Como no grau de instrução escolar! Somos mais escolarizadas. **Só que as mulheres brancas têm uma esperança de vida superior à das mulheres negras, que são mais desassistidas.**

• **A mortalidade materna no Brasil é uma das mais elevadas da América Latina: há 200 óbitos maternos em cada 100.000 crianças nascidas. Estima-se que no Brasil 5.000 mulheres morram a cada ano em decorrência de complicações na gravidez, parto ou pós-parto<sup>14</sup>. Se morre mais de gravidez no Brasil do**

<sup>13</sup> Matesco, V. e Lavinias L. Mercado Formal e Emprego Feminino: evolução de uma década. In IPEA, série Seminários, nº 7/94.

<sup>14</sup> Notícia do *Jornal do Brasil*, de 11 de junho de 1996.

**que de aborto**, embora estime-se que sejam feitos, por ano, de 1,5 a 2 milhões de abortos clandestinos no país, em condição de risco. Problemas simples e de fácil acompanhamento médico, como pressão alta e infecções, são responsáveis por um quadro tão dramático.

- As maiores causas de mortes das mulheres são problemas circulatórios e câncer uterino, doenças para as quais o diagnóstico é fácil e a cura assegurada, caso seja feito tratamento com antecedência. A má qualidade do serviço de saúde e a falta de um atendimento especializado voltado para a **saúde reprodutiva** da mulher são mortais!

- A AIDS cresce sobretudo entre as mulheres. Imagine que, em 1983, para 31 casos de AIDS em homens tinha-se 1 em mulher; em 1987 chega-se a 1 mulher infectada para 9 homens. *Pasmem!* em 1995 tem-se 1 mulher para 3 homens. Em São Paulo, a AIDS foi a principal causa da mortalidade entre mulheres de 20 a 34 anos em 1993.

- **Você sabia que a violência doméstica é um conflito de gênero?** Enquanto 2/3 das agressões sofridas pelas mulheres ocorrem dentro de casa, isso só acontece em 18% dos casos com os homens agredidos!

- Em 1995, no Rio de Janeiro, foram registrados 5.402 crimes cometidos contra as mulheres nas 5 delegacias de atendimento à mulher (DEAMs) da cidade. Desse total, 4.000 agressões foram cometidas por maridos ou companheiros. Cerca de 155 estupros foram igualmente comunicados. E isso é apenas parte da realidade! Aquela que chega às delegacias!

- Na Confederação Nacional da Indústria, na Confederação Nacional do Comércio, na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e na Federação das Indústrias de São Paulo não existia em 1990 nenhuma mulher participando da direção dessas entidades. Mesmo entre grandes empresários, as mulheres não conseguem participar das representações de classe<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Mulheres Latino-americanas em Dados/Brasil, FLACSO - CEPIA - Instituto de la Mujer de España, 1993.

• Nos partidos políticos, a situação de desigualdade entre homens e mulheres é também muito grande em termos de representação nas instâncias de poder. Em 1991, o percentual de mulheres presentes nas direções nacionais assim se distribuía por legenda: 6,1% PT, 1,7% PFL, 1,7% PDS, 9,2% PDT, 6,6% PSDB. De lá para cá, as coisas só parecem ter mudado mesmo no PT, que aprovou, em 1991, uma cota mínima de 30% para mulheres nas direções do partido<sup>16</sup>.

• Nos sindicatos, apenas a CUT implantou uma cota mínima de representação para cada sexo de 30%.

**Preste atenção!** Procure levantar na sua região, no seu município, na sua cidade, dados e informações sobre as diferenças de oportunidades entre homens e mulheres. A cartilha lhe deu um panorama nacional. **Descubra a sua realidade local!**

Vá aos hospitais, delegacias, sindicatos e aprenda sobre o que acontece no seu município. Isso vai fortalecer seu discurso e sua campanha política.

---

<sup>16</sup> Mulheres Latino-americanas em Dados/Brasil, FLACSO - CEPIA - Instituto de la Mujer de España, 1993.



## *4. Descentralização e Poder Local: novos desafios para os municípios*

Por ocasião da proclamação da República, em 1889, o Brasil tornou-se uma federação, que reúne hoje 26 estados. Ao longo deste século, prevaleceu um sistema de governo fortemente centralizado em torno da União, com menos poder para estados e municípios.

A palavra **federação** significa a união das partes (estados) em torno a um interesse comum, sob a égide do governo federal. Significa, portanto, uma organização territorial do poder, articulando as relações entre o poder central e as esferas estaduais.

A grande novidade implementada pela Constituição de 1988 é os municípios brasileiros tornarem-se entes federados, em igualdade de condições com a União e os estados. Ou seja, eles passam a fazer parte da federação brasileira, de forma autônoma, sem estarem subordinados à União e aos estados, como anteriormente.

A Constituição de 1988 também aumentou as transferências de recursos da União para estados e, sobretudo, para municípios. Os governos estaduais tiveram sua participação na receita tributária nacional ampliada de 26% para 29%. Já os municípios foram bem mais aquinhoados: sua participação elevou-se de 10% para 17% depois de 88.

Paralelamente, a Constituição redefiniu algumas atribuições dos três níveis de governo. Por exemplo, funções antes de responsabilidade do governo federal, nas áreas de saúde, educação e assistência social, foram repassadas para estados e municípios. É o caso da municipalização da saúde com o SUS (Sistema Único de Saúde). Da mesma maneira, a ausência de uma política nacional de habitação fez com que na prática, durante a década de 80, as prefeituras assumissem o dever de atender à demanda por moradias populares e melhoria das condições de vida das populações urbanas. O saneamento entrou na pauta dos grandes problemas municipais.

Essas mudanças - mais recursos nas mãos dos municípios e novas e maiores responsabilidades - são denominadas descentralização. Ela permite o aumento do controle, por parte da população, dos serviços prestados pelo setor público, em nível local. Mas se a descentralização não for acompanhada de uma maior participação democrática do conjunto da população, ela significará meramente mais poder para o prefeito.

A descentralização fortalece o papel dos municípios na elaboração, execução e gestão de um número crescente de políticas públicas, em particular, daquelas políticas voltadas para o atendimento dos serviços básicos, indispensáveis à melhoria do cotidiano: transportes, moradia, saúde, escola, creche, etc... Por cuidarem do dia-a-dia das famílias, lidando com crianças, idosos, servindo a todos, cozinhando, lavando, preocupadas em tornar sempre melhor o bem-estar dos que as cercam, as mulheres tornaram-se mais sensíveis para os problemas dos seus familiares e das comunidades.

**Descentralização pode significar mais cidadania! Com as mulheres no poder, uma cidadania mais ampla, porque vai incorporar novos direitos!**

**É por isso que o cargo de vereador tem agora mais importância que no passado.**

No município, o vereador ou a vereadora, por ter maior conhecimento dos problemas da população e das dificuldades financeiras enfrentadas, sabe quais são as prioridades e pode direcionar melhor o gasto público, tornando mais eficiente e transparente a administração.

O gasto social por habitante cresceu no país nos últimos anos. Muitas vezes o problema não é só o volume do gasto, mas a forma como o recurso é aplicado. Gente séria na prefeitura pode melhorar e muito a qualidade da administração, tornando-a mais democrática, redistribuindo com mais justiça o dinheiro público.

No entanto, dado o alto grau de desigualdade entre municípios brasileiros, muitos deles encontrarão dificuldades bem maiores para desempenhar tão bem essa nova função. As receitas - o dinheiro de que dispõem as prefeituras para sua gestão - variam muito de um município para outro em razão do nível de desenvolvimento econômico local. É por isso que se fala que é grande o número de municípios que vivem das transferências constitucionais, isto é seus recursos se limitam quase que exclusivamente àqueles enviados pelo governo federal. Esse municípios são os mais pobres e menos desenvolvidos.

Isso quer dizer que os desafios colocados para os vereadores e vereadoras são também desiguais. Vão variar de município para município. Onde falta dinheiro é mais complexo arbitrar os conflitos e definir o que é prioritário para a população local.

A participação das mulheres na vereança pode, ao aumentar, contribuir em muito para que questões raramente consideradas como importantes sejam incorporadas nas prioridades da pauta de ações municipais.

## QUAL O SEU PAPEL COMO VEREADORA?

Quer um exemplo?

Você sabia que, há dez anos atrás, foi criado o PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher - com a finalidade de oferecer às mulheres principalmente uma assistência de saúde completa para todos os momentos da sua vida reprodutiva? Isto é, para ajudá-la a optar por um método contraceptivo de sua livre escolha, para cuidar da sua gravidez, para diagnosticar a tempo problemas ligados ao câncer da mama ou ao câncer uterino, para orientá-la corretamente por ocasião da menopausa, dando-lhe confiança para seguir tendo uma vida sexual saudável e legal, sem ligar para idade.

Pois é, o PAISM, embora de responsabilidade de todos os municípios, só existe mesmo em poucos lugares (algumas cidades grandes) e funciona limitadamente. A crise do sistema de saúde no Brasil vem emperrando sua implementação. Como vereadora, você pode ajudar a deslanchar o PAISM no seu município e ainda convencer seus outros colegas vereadores da importância da sua cidade contar com um programa de assistência integral à saúde da mulher. Vai ser melhor para todos, homens e mulheres! E os índices tão ruins de mortalidade materna no Brasil talvez possam melhorar!

E as creches? Quase não se fala mais nelas! Nós sabemos como é difícil para as mulheres encontrarem soluções de qualidade que lhes permitam associar educação e cuidado dos filhos com trabalho, seja em casa ou na rua. É sempre uma ginástica danada a gente dar conta de tudo! No Brasil, a escola só é obrigatória a partir dos 7 anos! Até lá, as crianças ficam inteiramente sob responsabilidade da família, quer dizer, das mães. É preciso encontrar uma forma de substituir o cuidado das mães. Seja por todo o dia, para quem trabalha fora, seja, por algumas horas do dia, para quem precisa de um tempinho livre para ir às compras ou ao médico.

Na prefeitura, como vereadora, você pode ajudar a criar novos serviços de atendimento à pequena infância, ajudando a todos, homens, mulheres e crianças! As creches podem se tornar uma prioridade na sua cidade, no seu bairro, se você e outras companheiras estiverem lá, eleitas, lutando para conseguir isso com o apoio de outras mulheres e homens.

A lista de carências é grande e os recursos nunca são suficientes para se fazer tudo que é necessário. Como se perde dinheiro em coisas sem importância! Como vereadora, você vai poder participar das discussões sobre orçamento, tornar essa discussão mais democrática levando-a para sua comunidade e trazendo para dentro da Câmara de Vereadores as demandas mais prementes da população!

Você vai poder contribuir para transformar e melhorar a forma como é aprovado o orçamento do seu município, tornando-o mais participativo e menos centralizado. Essa discussão pode sair da Câmara e ganhar as ruas, promovendo uma nova relação entre Estado e sociedade, permitindo que o cidadão e a cidadã possa fiscalizar melhor o que faz a prefeitura e promover novas ações.

O orçamento é votado a cada ano: o prefeito propõe metas, definindo linhas e prioridades de ação. A Câmara de Vereadores analisa a proposta, discute, muda o que julgar conveniente e, depois de muita negociação, aprova um plano de despesas e uma lista de objetivos a serem realizados. No meio do caminho, às vezes, é preciso voltar a discutir o orçamento, fazendo modificações. Esse é um processo político muito importante, pois ele estabelece o que vai ser feito no seu município.

Alguns municípios brasileiros estão implementando programas de renda mínima e bolsa-escola, que consiste em dar todo o mês algum dinheiro para as famílias mais carentes sob a condição de que suas crianças freqüentem a escola (o valor pode chegar até R\$ 100,00). Quem sabe você ajuda a trazer essa idéia para seu município?

Com você lá presente, vai ser possível inovar e incluir na reformulação de leis orgânicas e planos diretores questões de

interesse das mulheres também. Mais do que isso, vamos ampliar nosso espaço de participação, nós mulheres que passamos tanto tempo tendo que falar de coisas que os homens muitas vezes acham sem importância.

Você sabe o que é **lei orgânica**? A lei orgânica é uma espécie de Constituição Federal para os municípios. Existe também uma Constituição Estadual, mas nos municípios funciona a lei orgânica, que estabelece as regras básicas de funcionamento da administração e dos poderes municipais constituídos. A lei orgânica determina o que faz o prefeito, o que faz a Câmara dos Vereadores, que matérias podem ser preparadas por ela e enviadas para o prefeito, etc.

**Você precisa conhecer a lei orgânica do seu município. Consiga uma cópia, estude e veja como usá-la na sua campanha!** Muitas leis orgânicas devem ser melhoradas. Vá desde já sabendo aonde e como!

Quer um exemplo? Como vereadora, você pode propor uma emenda à lei orgânica para punir os crimes de **assédio sexual**.

Você sabe o que é **plano diretor**? É aquele conjunto de regras para definir o funcionamento da cidade/município. Isto é, como se vive, como se mora, como se circula, como se estuda, qual o serviço de saúde que se quer. Em cada plano diretor de cada município deve estar explicitada qual a política de saúde, qual a política de uso do solo, qual a política ambiental, qual a política educacional, qual a política de oferta de infra-estrutura, inclusive de transporte. O plano diretor também estabelece uma política de ação comunitária, orientando como a população pode participar da discussão dessas políticas.

Muitas cidades têm planos diretores, mas ele só é obrigatório nos grandes centros urbanos.

**O Plano Diretor é um direito de todo município!**

A maioria dos planos diretores só cuida mesmo do plano de ocupação do solo ou da política de transportes. Isso não é certo!

Ele deve atuar mais amplamente, incluindo políticas relativas a todos os serviços coletivos e necessários à comunidade, sobretudo aqueles que podem facilitar a vida das mulheres.

Vamos incluir nos planos diretores questões que tornem a cidade e a vida na cidade melhor e mais justa para as mulheres, mas vamos também aprender a cuidar dos outros assuntos, dos quais fomos alijadas durante muito tempo.

**Todos os assuntos da prefeitura são também assuntos de mulher! Essa vai ser a grande transformação!**

***E você vai estar lá para fazer isso acontecer!***

Como vereadora, você vai poder participar das comissões especiais criadas para discutir assuntos importantes e somar, assim, esforços para aprovar novas leis que atendam às expectativas das populações, sobretudo as mais carentes. Prefeitura tem que ser igual a coração de mãe: cuida de todos, tem carinho por todos, mas sabe dar aquela atenção especial a quem mais está precisando no momento.

**PARABÉNS PELA SUA CANDIDATURA!  
SIGA EM FRENTE, VOCÊ CHEGA LÁ!**

## Mulheres Eleitas para o Congresso Nacional (da proclamação da República até hoje)

DEPUTADAS FEDERAIS		
1934-1937	Carlota Pereira de Queiroz	SP
1936-1937	Bertha Lutz	antigo DF/RJ
1946-1950	Nenhuma mulher eleita	
1950-1954	Ivette Vargas	PTB/SP
1954-1958	Nita Costa	PTB/BA
	Ivette Vargas	PTB/SP
1958-1962	Ivette Vargas	PTB/SP
1962-1966	Ivette Vargas	PTB/SP
1966-1970	Ivette Vargas	PTB/SP
	Necy Novaes	Arena/BA
	Julia Steinbruch	MDB/RJ
	Maria Lúcia Mello de Araujo	MDB/AC
	Lígia Doutel de Andrade	MDB/SC
	Nysia Carone	MDB/MG
1970-1974	Necy Novaes	Arena/BA
1974-1978	Lígia Lessa Bastos	Arena/RJ
1978-1982	Cristina Tavares	MDB/PE
	Junia Marise	MDB/MG
1982-1986	Cristina Tavares	PMDB/PE
	Irma Passoni	PT/SP
	Beth Mendes	PT/SP
	Ivette Vargas	PTB/SP
	Junia Marise	PMDB/MG
	Lúcia Viveiros	PDS/PA
	Rita Furtado	PDS/RO
	Myrthes Bevilacqua	PMDB/ES
1986-1990	Bete Mendes	PMDB/SP
	Dirce Tutu Quadros	PSC/SP
	Irma Passoni	PT/SP
	Sandra Cavalcanti	PFL/RJ
	Benedita da Silva	PT/RJ
	Anna Maria Ratter	PMDB/RJ
	Wilma Maia	PDS/RN
	Maria Lucia	PMDB/AC
	Raquel Capiberibe	PMDB/AM
	Beth Azize	PSB/AM

	Eunice Michilles	PFL/AM
	Abigail Feitosa	PMDB/BA
	Lídice da Mata	PC do B/BA
	Moema São Thiago	PDT/CE
	Marcia Kubitschek	PMDB/DF
	Maria de Lourdes Abadia	PFL/DF
	Rita Camata	PMDB/ES
	Rose de Freitas	PMDB/ES
	Lucia Vânia	PMDB/GO
	Rosa Prata	PMDB/MG
	Lucia Braga	PFL/PB
	Cristina Tavares	PMDB/PE
	Myrian Portella	PDS/PI
	Raquel Cândido	PFL/RO
	Rita Furtado	PFL/RO
1991/1995	Auricélia Freitas de Assis	PDS/AC
	Maria Frota B. Oliveira	PMDB/AC
	Antônia Adelaide da R. Neri	PMDB/AC
	Fátima Pelaes	PFL/AM
	Beth Azize	PDT/AM
	Maria Luiza Fontenele	PSB/CE
	Maria Laura	PT/DF
	Rita Camata	PMDB/ES
	Etevalda Grosside Menezes	PMDB/ES
	Rosilda de Freitas	PSDB/ES
	Lucia Vania	PMDB/GO
	Maria Valadão	PDS/GO
	Roseana Sarney	PFL/MA
	Marilu Guimarães	PTB/MS
	Aracely de Paula	PFL/MG
	Sandra Starling	PT/MG
	Maria do Socorro Rodrigues	PC do B/PA
	Lucia Braga	PDT/PB
	Cidinha Campos	PDT/RJ
	Regina Gordilho	PDT/RJ
	Márcia Cibilis	PDT/RJ
	Sandra Cavalcanti	PFL/RJ
	Benedita da Silva	PFL/RJ
	Wanda Reis	PMDB/RJ
	Jandira Feghali	PC do B/RJ

Raquel Cândido	PDT/RO
Maria Teresa Jucá	PDS/RO
Angela Amim Helon	PDS/SC
Irma Passoni	PT/SP

Fonte: Repertório Biográfico - Câmara dos Deputados - D.F.,  
1991 e 1990-1995

## SENADORAS

Em 1979, Eunice Michilles, então representante do PDS (AM), assume vaga por falecimento do titular, cujo mandato de 8 anos terminou em 1987.

Junia Marise PDT/MG - eleita 1990

A partir de 1982, assumiram temporariamente o mandato as seguintes suplentes:

Laélia de Alcântara PMDB/AC

Maria Syrlei Donato PMDB/SC

Dulce Braga PDS/SP

Eva Blay PSDB/SP - suplente 1993-1995

Fontes: "Relação dos Deputados Brasileiros, publicação da Câmara Federal";  
*Mulher e Política*, Fanny Tabac e Moema Toscano, Paz e Terra, 1982.

- Repertório Biográfico - Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 1995.

**BANCADA FEMININA NO PARLAMENTO NACIONAL**  
**IBGE**  
**SENADO FEDERAL**



MULHERES SEM MEDO DO PODER:

*Chegou a nossa vez*

